

COMUNICAÇÃO

OS MONUMENTOS PÚBLICOS: PODER MEMÓRIA E SOCIEDADE

Carlos Aurilio Pimenta de Faria

Comunicação apresentada no VII Encontro Regional da ANPUH-MG, em Mariana, no dia 27 de setembro de 1990.

Nesta comunicação, exponho a discussão teórica que serve de base a um trabalho mais específico, intitulado "Memória e construção de uma consciência político-social: análise dos monumentos belo-horizontinos aos inconfidentes", apresentado em dezembro de 1990 como requisito para o Bacharelado em História da UFMG. Aqui, minha intenção primeira é apresentar e discutir a importância de determinados símbolos que nos são tão familiares, e que, no entanto, parecem muitas vezes mimetizados na paisagem urbana. Falo dos monumentos públicos que, se são ostensivamente expostos a eternidade, parecem também contar com a apatia do transeunte apressado e atordoado pelo cotidiano.

Segundo Georges Balandier, o poder não consegue se manter "nem pelo domínio brutal nem pela justificação racional". Quando ele se estabelece unicamente pela força e pela violência incontida, sua existência não pode ser segura. Tampouco a clarificação racional seria suficiente para a perpetuação do poder e sua necessária credibilidade. "Ele (o poder) só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial"¹.

O passado e seus personagens são instrumentos imprescindíveis para a construção da legitimidade. A história é, por vezes, idealizada e manipulada ao sabor das necessidades e a serviço do poder presente.

Podemos descongelar do bronze e do granito um rico material de análise. Estas figuras paralisadas guardam em sua cristalização todo um movimento social e político.

A verificação etimológica da palavra "monumento" nos fornece sua precisa significação. A palavra latina "monumentum" nos remete à raiz indo-europeia "men", que exprime uma das mais importantes funções do espírito (mens) que é a memória. O verbo latino "monere" significa "fazer recordar", e daí "avisar, iluminar e instruir". O monumento é, portanto, um "sinal do passado"². A Enciclopédia Brasileira Merito da como principal definição de monumento: "Qualquer obra de arquitetura ou escultura destinada a transmitir à posteridade a memória de fato ou pessoa notável". Mais adiante, vemos que a edificação de monumentos visa "uma continuidade espiritual que caracteriza

uma tendência natural da vida em sociedade"³.

É exatamente essa "naturalidade" que buscaremos questionar, argumentando quanto as funções desta ligação visceral e explícita entre monumento, poder de imposição e poder de perpetuação.⁴

Enfatizando a idéia matricial de perpetuação pretendida pelos idealizadores dos monumentos objetivamos buscar a significação e mensagem que se quer transmitir. A idéia amplamente aceita de desconhecimento e descaso pelos monumentos e também importante. O temor de sua efetivação, o temor que a imagem/símbolo caia num limbo, conduz a processos de ritualização que reporião a mensagem na ordem do dia.

Creio que nossa própria vivência na cidade possa justificar esta noção de desconhecimento e descaso. No entanto, procuremos outros suportes. O seminário "Cidade, Cidadãos e Cidadania" promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo em início de 1989, teve como uma de suas conclusões, que Marilena Cham considera de "grande interesse político e cultural":

3- Descobriu-se que a população ignora a autoria e o significado de todos os monumentos e esculturas espalhados pela cidade, como se eles ¹integrassem a memória coletiva como sinais e marcas desprendidos de seu sentido artístico e histórico⁵.

Atendo-nos a Belo Horizonte, podemos citar uma coluna do jornal de maior circulação no Estado, o Estado de Minas, que se chama "Cenas de BH" e tem como subtítulo "Descobrimos a Cidade". Frequentemente, essa coluna traz artigos sobre os mais diversos monumentos da cidade, explicitando seu significado e localização e colhendo depoimentos junto a população e aos funcionários públicos ligados a área cultural e a conservação da cidade. A tônica é sempre a mesma: revelar o desconhecido.

Nelson Brissac Peixoto, comparando fotografias e monumentos, discute a saturação simbólica das cidades modernas, em que os monumentos, como pontos referenciais, são tragados por uma "avalanche de signos", tomando-se "virtualmente invisíveis". Escutemos Brissac Peixoto:

... Um espaço sem hierarquia nem ordem, saturado, achatado, onde o fundo se confunde com o primeiro plano e a paisagem se fragmenta em milhares de pedacos. Sujeira visual que provoca uma total obstrução da legibilidade. A proliferação dos signos os priva de qualquer significado*.

A rigidez e aparente distância dos monumentos podem, porém, nos iludir quanto a sua poderosa inserção na sociedade e quanto a sua significação político-social. Claude Lefort ressalta que nada há de mais vivo, "de mais presente em uma sociedade do que a relação que mantém com as imagens do passado". Segundo esse autor, "o pensamento e a ação política se nutrem dos exemplos que ela (a sociedade) se dá."¹ Os monumentos, entretanto, são imagens e referências do passado construídas para o futuro pela interferência do poderio público. Não podemos, portanto, julgá-los como imagens referenciais coletivamente instituídas, posto que sua intencionalidade tem, normalmente, origens na administração pública, cuja representatividade (quando existente) não deve, analiticamente, fundir suas ações e propósitos aos de toda a sociedade. Lembremo-nos também de Georges Balandier (1982), que destaca a necessidade que o poder tem de produzir imagens e manipular símbolos para a sua própria realização e conservação.

Todo o clamor da Nova História por um tratamento dos documentos como monumentos, ou

seja, a exortação a percepção de que os documentos não são "ingênuos" (para utilizar a expressão de Marc Bloch), nos mostra, por contraste, a especificidade de nossa abordagem sobre os monumentos públicos. A Nova História conclama a busca da intencionalidade dos documentos e ao questionamento de sua aparente objetividade, afirmando que "o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade"*.

Os monumentos têm sua intencionalidade de perpetuação explícita, por sua própria natureza, constituindo-se como verdadeiros "lugares da memória", da memória permitida e louvada.

Seja, então, pelo descaso ou desconhecimento ou pela saturação ambiental, aquele significado original vai se desgastando. Aquilo que foi construído para fazer recordar, forçar a lembrança, cai num limbo. Dá a necessidade da repetição, da ritualização, ritualização essa que também abre espaço para reformulações da mensagem e para novas apropriações.

O rito e, segundo Claude Riviere, "a atitude fundamental, verbal, gestual e postural, onde qualquer um se reconhece como inferior frente a manifestação de uma potência", ao mesmo tempo em que (e aí a razão fundamental por que a política se ritualiza) "o rito é o meio teatral de dar crédito a uma superioridade e, portanto, de obter respeito e honra através da ostentação de símbolos de dominação, de riqueza, de realizações algumas vezes imaginárias, de que o inferior carece".

Esses ritos, que Riviere chama de "seculares", têm funcionalidade política como elemento de legitimação, hierarquização, moralização e exaltação.

Pierre Bourdieu afirma que os "símbolos são os instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tomam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração 'lógica' e a consolidação da integração moral"¹⁰.

Retornamos aqui a Riviere para quem a questão do *nomos*, da regra, do imperativo é resolvida apenas pela crença e pelo rito que a consolida". Nesse sentido, podemos perceber a instauração de monumentos em sua função exemplar e em sua ligação com o civilismo, que deve ser visto como a "aceitação das limitações inerentes à vida social"¹². Se este acordo faz sentido apenas enquanto o indivíduo participa do estabelecimento desta ordenação, vemos as cerimônias inaugurais desses monumentos como congrajamento da população e de seus "representantes" com a memória que então se incorpora ao patrimônio da cidade.

Desta forma, dilui-se uma intenção estabelecida e institucionalizante que apenas se pretende universal. Dissipa-se, então, a ideia do monumento como recurso formal e dominante de "preservação da identidade social por um passado historicizado"¹³, ideia essa que é realmente significativa. Esse passado historicizado é importante base para a criação de um civismo que seja consensual, o que nos remete à questão do monumento ao herói.

Discorrendo sobre a função do herói, Paulo Miceli vê nele, esta "supergente que vira estatua", uma finalidade essencialmente moralista, que se presta para avaliar e dirigir capacidades e condutas. "O herói aparece como responsável pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papéis que são destinados aos demais, distribuindo ensinamentos e pregando sua moral num espaço onde é perigoso entrar e quase sempre proibido especular ou ser indiscreto".

A heroificação a que se refere Miceli se incutiria por vezes em uma dimensão muito mais ampla em que a memória é ritualizada e sacralizada (lembrando-nos de que a categoria do sagrado é muito mais abrangente que a do religioso), formando um princípio de estruturação e organização do dinamismo social.

Notamos também como as ritualizações podem desviar aqueles impulsos originais, forjando uma nova imagem, mais adequada a um novo contexto sócio-político e vinculando-se

outra forma aos novos "chefes de cerimoniais".

Em uma rápida menção aos monumentos, Freud (1973), para explicitar a caracterização dos histericos como sofrendo de "reminiscências" das quais não conseguem se desembaracar, também vê os monumentos como símbolos mnêmicos. Freud aponta como anormalidade um apego emocional persistente tanto de histericos em relação a acontecimentos traumáticos do passado como de transeuntes que passem compungidos ante a lembrança expressa pelos monumentos. Ele deixa implícito que essas "memórias corpóreas" deveriam ser assimiladas, assim como os traumas, de modo a não alhear as pessoas da realidade e do presente.

Os monumentos, assim consideramos, são claros sinônimos e expressões da vontade e efetivação da perpetuação de determinadas lembranças. A edificação de monumentos encerra uma arbitrariedade: a apropriação, não apenas da memória coletiva presente e futura de um passado destacado, mas também a frequente apropriação do próprio desejo coletivo, visto serem estes muitas vezes exigidos em nome de toda a população. O intuito (voluntário ou não) de se forjar uma imagem própria e propagá-la, que é implícito nos documentos, e nítido nos monumentos. Esses "arquivos de pedra", como os chama Le Goff, "acrescentavam (e podemos usar aqui o presente!) a função de arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmorea"¹⁵.

Os monumentos podem ser objetos que buscam definir e caracterizar a identidade de uma nação. Os monumentos são frequentemente associados a um passado comum, a uma herança coletiva que aponta parâmetros e exemplos selecionados e cultuados¹⁶. Sendo elementos que balizam uma ligação entre passado, presente e futuro, os monumentos podem ser considerados artifícios que intentam garantir a continuidade da nação no tempo. Desta maneira, encontramos um sentido para o exemplo extremado das estátuas de Sadam Hussein erigidas no Kuwait ocupado (ver nota 4).

Em um artigo que discute os "patrimônios culturais" em suas inter-relações com a memória e as ideologias nacionais, Jose R. Gonçalves afirma que os monumentos "são considerados parte orgânica do passado e, na medida que os possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado"¹⁷. O autor utiliza aqui o termo monumento de forma bastante abrangente, não se referindo especificamente às estátuas, mas queremos colocar reticências sobre seu adjetivo "orgânica". Como visamos ressaltar uma vontade instauradora que pode ser arbitrária, esclarecemos que estas "intrusões perpetuadoras" não são necessariamente recebidas e mantidas de maneira orgânica ou natural. Para exemplificar, apelamos, uma vez mais, para acontecimentos recentes. Estátuas que simbolizam um período repressor tem sido sistematicamente removidas ou destruídas por populares na União Soviética e no Leste Europeu desde fins de 1989 ". O socialismo estatista foi um pródigo construtor de estátuas e cultuador de seus fundadores. Ainda na esteira da onda iconoclasta assinalada, vejamos o seguinte artigo:

Uma estátua de Lênin foi destruída pelos operários de uma fábrica de estátuas de Erevan, capital da Armênia. Como não há mais encomendas de estátuas e bustos de líderes comunistas, os operários da fábrica Art-Kombinet foram despedidos. Em protesto, quebraram todo o estoque".

Também este artigo nos mostra como esta forma de reforço à identidade coletiva e à legitimização era amplamente utilizada pelo regime soviético. Entretanto, devemos notar como a percepção governista da mudança dos ventos refreia este movimento. Ali não mais existe uma passividade cordata da população. A própria repressão não mais tem sido considerada eficaz ou prefere-se, estrategicamente, evitá-la. Dilui-se o que Backsco chama de "comunidade de sentido".

"Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, se não no ridículo".²⁰ Mas neste exemplo não se trata de vazio ou de ridículo, trata-se de não mais incorrer na fúria da população,

O fim da opressão e a procura de uma nova construção refletem-se na destruição de antigos símbolos ou exemplos, demonstrando claramente como estes podem ser impostos, forçando uma organicidade que no fundo é artificial.²¹

Temos ainda um exemplo em que a destruição torna-se símbolo de uma nova ordenação. Em Managua, Nicarágua, um monumento demolido foi assim conservado para perpetuar aquele sentimento de revolta popular. Há ainda uma placa com os seguintes dizeres:

PARTE DE ESCULTURA DEL MONUMENTO AL DICTADOR A.
SOMOZA G. QUE SE ENCONTRABA EN EL ESTADIO DE SU MISMO
NOMBRE DERRUBADA POR LA IRA DEL PUEBLO, EL DIA DE LA
VICTORIA REVOLUCIONARIA²².

A memória oficial pode ser débil. Sua credibilidade não depende somente da vontade instauradora. Devemos averiguar sua aceitação e sua organização, que é indispensável para suplantar a simples "montagem" ideológica. Montagem essa que é, segundo M. Pollak, "por definição precária e frágil"²³.

Paitindo deste questionamento, vemos os monumentos públicos como um elo escassamente analisado de interação entre poder e sociedade, que se revela, assim, extremamente significativo e multifacetado.

NOTAS

- 1- BALANDIER, G. 1982:7.
- 2- LE GOFF, J. Documento/Monumento, 1984: 95.
- 3- ENCICLOPEDIA BRASILEIRA MERITO. Vol.13: 436.
- 4- Esta mesma naturalidade pode ser contraposta a um exemplo recente, que nos parece essencialmente forçado e artificial. Uma refugiada Kuwaitiana anunciou que as tropas invasoras iraquianas ergueram 3 estatuas do presidente Sadam Hussein na capital do emirado ocupado. Ainda mais significativo é o fato de estas esculturas representarem o novo presidente do território anexado em 3 diferentes versões: em uniforme militar, com túnica e turbante árabes e usando um terno ocidental. Desta forma, enquanto o país ainda se encontra maciçamente dominado por forças militares iraquianas, bombardeado por ideologias pan-árabes e quando se procura justificar a anexação por um passado comum desmembrado pelo imperialismo ocidental, aquelas estatuas surgem como imposição, como busca de legitimação que nos soa tão ostensiva quanto os tanques. FOLHA DE SÃO PAULO, 16 outubro 1990.
- 5- CHAUI, Marilena. Fantasia política? In: FOLHA DE SÃO PAULO, 03 maio 1989, p.A3.
- 6- PEKOTO, N.B. 1990: 472.
- 7- LEFORT, C. 1990: 164.
- 8- LE GOFF, J. Documento/Monumento, 1984: 103.
- 9- MOTA, Roberto. Apud RIVIERE, C. 1989: 9-10.

- 10-BOURDIEU, P. 1989: 10.
- 11-RIVIERE, C. 1989: 16.
- 12-BURDEAU, G. 1979: 106.
- 13-DUARTE, L.F.D. 1986: 741.
- 14-MICELI, P. 1988: 10.
- 15-LE GOFF, J. História. 1984: 181.
- 16-Em uma serie de cartas escntas entre 1881 e 1883 a uma amiga na Alemanha, a jovem educadora alema Ina Von Binzer, comentando sobre o Rio de Jáneiro, justifica a pobreza de monumentos da cidade pelas "poucas tradições ou lembranças historicas" que o pais possuia. BINZER, I.V. 1982: 62.
- 17-GONCALVES, J.R. 1988: 268.
- 18- Para uma coletanea de artigos reportando cronologicamente alguns destes movimentos, ver FARIA, C.A.P. 1990:68-70.
- 19-FOLHA DE SÃO PAULO, 26 outubro 1990.
- 20-CARVALHO, J.M. 1990: 13.
- 21-Ainda uma outra ilustração: manifestantes destruíram, a machadadas, uma estatua do ex-ditador paraguaio Alfredo Stroessner, na cidade de La Colmena. ESTADO DE M1NAS, 05 de setembro 1989.
- 22-Fotografia presente em: FERLJNGHETTI, L. 1985: 25.
- 23-POLLAK, M. 1989: 9.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudl. Lisboa, Imprensa Nacional, 1985. v.5.
- BALANDIER, Georges. O poder em cena. Brasília, UnB, 1982. BINZER, Ina Von. Os meus romanosjálegrias e tristezas de uma educadora alema no Brasil. Rio de Jáneiro, Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simb6lico. Rio de Jáneiro, Difel, 1989. BURDEAU, Georges. O Liberalismo. Lisboa, Europa-América, 1979. CARVALHO, Jose Murilo de. A formação das almas. São Paulo, Cia das Letras, 1990. DUARTE, Luiz F.D. Memoria. In: Dicionario de Ciências Sociais - Fundação Getulio Vargas. Riode Jáneiro, FGV, 1986.
- BACZKO, Bronislaw. Imagina^ao social. In: Enclclopedia Einaudl. Lisboa, Imprensa Nacional, 1985. v.5.
- BALANDIER, Georges. O poder em cena. Brasília, UnB, 1982. BINZER, Ina Von. Os meus romanosjálegrias e tristezas de uma educadora alema no Brasil. Rio de Jáneiro, Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simb6lico. Rio de Jáneiro, Difel, 1989. BURDEAU, Georges. O Liberalismo. Lisboa, Europa-América, 1979. CARVALHO, Jose Murilo de. A formação das almas. São Paulo, Cia das Letras, 1990. DUARTE, Luiz F.D. Memoria. In: Dicionario de Ciências Sociais - Fundação Getulio Vargas. Rio de Jáneiro, FGV, 1986.
- ENCICLOPEDIA BRASILEIRA MERITO. Verbete: Monumento. São Paulo, Merito, 1967. p. 436. FARIA, Carlos A. Pimenta. Mem6ria e construção de uma consciencia político-social; analise dos monumentos belo-horizontinos aos inconfidentes. Belo Horizonte, Depto. História-LPH – Revista de História, v. 2, n 1, p. 05-16, 1991

- UFMG, 1990.
(Monografia de Bacharelado.)
- FERUNGHETTI, Laurence. 7 dias na Nicaragua libre. Porto Alegre, LPM, 1985.
- FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise e contribuições a psicologia do amor. Rio de Janeiro, Imago, 1973.
- GONCALVES, Jose Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais; o problema dos Matrimônios culturais. Revista Estudos Historicos, Rio de Janeiro, Venice, 1(2), 1988.
- LEFORT, Claude. As formas da História. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento e História. In: Enciclopedia Einaudi. Vol.1. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MICELI, Paulo. O mito do herói nacional. São Paulo, Contexto, 1988.
- PEKOTO, Nelson Brissac. As irriagens do outro. In: O Desejo. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Venice, 23), 1989.
- REVIERE, Claude. As liturgias políticas. Rio de Janeiro, Imago, 1989.